

ATA NÚMERO 35/XIII (1.ª) SL
19 de julho de 2016 – 14h00mn

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

3. Comunicações do Presidente

4. [Petição n.º 111/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Carla Micaela Ribeiro Barbosa e outros, solicitando à Assembleia da República a alteração do n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, no sentido de estabelecer regras concursais iguais nos concursos de recrutamento de docentes do ensino regular e do ensino artístico especializado

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado relator: Odete João (PS)

5. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\)](#), do BE, Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

- Discussão

6. [Projeto de resolução n.º 436/XIII/1.ª](#), do BE, Recomenda ao Governo que acompanhe o processo de efetivação da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro

- Discussão

7. **Relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 1.ª Sessão Legislativa**

- Apreciação e votação

8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial referente à 1.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

9. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 1.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

10. Relatório de atividades da Comissão referente à 1.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

11. Plano de atividades da Comissão referente à 2.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

12. Orçamento da Comissão referente à 2.ª Sessão Legislativa

- Apreciação e votação

13. [Petição n.º 118/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada pela Federação Nacional de Professores, FENPROF, Em defesa da escola pública – 14h30

- Audição dos peticionários
- Deputado Relator: Joana Mortágua (BE)

14. Audiência à FENPROF sobre o cumprimento da [Resolução da Assembleia da República n.º 53/2016](#), que «Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público» - 15h15

15. [Petição n.º 114/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por António José Salgado Rosa Negrão e outros - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei – educação – 16h00

- Audição dos peticionários

- Deputado Relator: Amadeu Albergaria (PSD)

16. Outros assuntos

17. Data da próxima reunião

A fixar - setembro de 2016

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta da Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 12 de julho de 2016 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Parlamento dos Jovens

O Presidente da Comissão indicou que eram propostos os temas seguintes para a edição 2016/2017 do Parlamento dos Jovens:

Ensino Básico

40 anos de Constituição da República Portuguesa

Os jovens e a Constituição: tens uma palavra a dizer!

Ensino Secundário

40 anos de Constituição da República Portuguesa e do Poder Autárquico

A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao poder local.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD), Coordenador do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens, justificou os temas propostos, por associação à comemoração dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa e do poder local.

O Deputado Porfírio Silva (PS) louvou o trabalho do Grupo de Trabalho e dos restantes Grupos, considerando que são muito úteis e produtivos.

Os temas foram depois aprovados por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.2. Relatórios de audiências

De seguida, submeteu à apreciação e votação os relatórios de duas audiências, a Miguel Gaspar da Silva e Teresa Rosa - sobre o ticket educação - e ao Instituto de Promoção Social de Bustos – sobre a redução das turmas com contrato de associação - que foram aprovados por unanimidade.

3.3. Contributos para o Plano de Atividades da Comissão referente à 2.ª Sessão

Reiterou depois a solicitação de contributos para o plano de atividades da Comissão para a 2.ª Sessão, tendo em vista a sua apreciação na 1.ª reunião de setembro, conjuntamente com o orçamento e a posterior submissão à apreciação do Presidente da Assembleia da República.

Neste âmbito, solicitou que equacionassem se era de manter a Conferência “*Educação de Adultos e Aprendizagem ao Longo da Vida: melhores oportunidades, melhor economia*”, não realizada na 1.ª Sessão, devendo apresentar-se a data e programa da mesma no início da 2.ª Sessão. Pediu ainda que equacionassem as linhas de trabalho a prosseguir e a sua concretização, *versus* os Grupos de Trabalho e que apresentassem propostas de tema para as sessões do Café de Ciência a realizar em outubro/novembro de 2016 e em abril de 2017.

Por último, solicitou aos Grupos de Trabalho que apresentassem as respetivas propostas de plano de atividades para a 2.ª Sessão, para serem levadas em conta no plano da Comissão.

O Deputado Porfírio Silva (PS) defendeu a realização da Conferência, bem como de uma Audição Parlamentar sobre Educação para a Cidadania. Propôs ainda que se mantivessem os 3 Grupos Parlamentares existentes e se criassem mais dois, para tratarem as matérias da Educação de Adultos e da Gestão Democrática das Escolas.

A Deputada Germana Rocha (PSD) referiu que o Conselho Nacional da Educação está a promover um debate sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo e propôs que lhe fosse pedido que viesse apresentar as respetivas conclusões.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a realização da Conferência indicada, solicitou que se ponderasse a criação de mais Grupos de Trabalho, referindo as dificuldades de participação nos mesmos por parte dos Grupos Parlamentares com menos Deputados, pediu que se equacionasse se deviam ser realizados 2 Cafés de Ciência em cada Sessão ou apenas 1 e equacionou uma maior participação no Encontro Ciência.

A Deputada Joana Mortágua (BE) solicitou que a apreciação desta matéria fosse adiada para setembro, referiu que os Grupos Parlamentares mais pequenos não comportam mais Grupos de Trabalho, propôs que a matéria da Gestão Democrática das Escolas fosse deixada para ser desenvolvida pelos Grupos Parlamentares e que fosse feita uma audição pública sobre a Cidadania.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (CDS-PP) referiu que em setembro poderiam apresentar melhores soluções e reiterou as dificuldades de participação dos Grupos Parlamentares mais pequenos nos Grupos de Trabalho.

Por último, o Presidente da Comissão deixou para ponderação a contenção nas atividades, a realização de audições públicas sobre várias matérias e a adoção do tema Segurança Alimentar para um Café de Ciência, solicitando a apresentação de propostas em setembro.

4. [Petição n.º 111/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Carla Micaela Ribeiro Barbosa e outros, solicitando à Assembleia da República a alteração do n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 9/2016, de 7 de março, no sentido de estabelecer regras concursais iguais nos concursos de recrutamento de docentes do ensino regular e do ensino artístico especializado

A relatora da petição, Deputada Odete João (PS), fez a apresentação do relatório final da mesma, o qual foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\)](#), Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

A Deputada Joana Mortágua (BE) referiu que o Projeto de Resolução já tinha sido discutido anteriormente, tendo-se consensualizado pedir uma informação sobre a matéria à Caixa Geral de Aposentações e que a resposta agora recebida é muito descritiva, mas não responde à questão colocada. Realçou que o regime especial está em vigor e em 2014 a lei pareceu afastá-lo, tendo sido posteriormente mantido em vigor e entretanto a Caixa Geral de Aposentações tomou decisões diferentes em relação aos processos de aposentação. Assim, reiterou a recomendação ao Governo para corrigir eventuais erros.

A Deputada Germana Rocha (PSD) questionou se a matéria não devia ser analisada conjuntamente com a Comissão do Trabalho.

A Deputada Joana Mortágua (BE) indicou que a Comissão de Educação sempre analisou as matérias dos docentes, laborais ou não e que o Projeto de Resolução já estava em discussão desde janeiro, devendo esta ser concluída.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) reiterou que o Projeto de Resolução já está na Comissão há vários meses e pede a uniformização das decisões da Caixa Geral de Aposentações. Referiu depois que já teve várias petições e audiências com a mesma questão e concordou que fosse feita uma análise conjunta com a Comissão de Trabalho, para que não sejam criadas ainda mais injustiças.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que a resposta da Caixa Geral de Aposentações não clarificou a matéria e considerou que não deve haver uma Resolução sem essa clarificação.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) indicou que a situação de colocação de professores das ex-colónias levou a que os diplomados do continente tivessem atrasos na colocação, o que tinha estado na origem da Lei n.º 77/2009, de 13 de Agosto. Acrescentou ainda que o PCP valoriza as carreiras longas e este é o caso.

A Deputada Joana Mortágua (BE) defendeu que o BE não está a fazer uma inovação legislativa, só querendo que a lei seja aplicada, tendo manifestado disponibilidade para circunscrever a parte resolutiva, consubstanciada nos n.ºs 1 e 2, mas não concordando que o Projeto de Resolução não fosse votado.

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que em geral era contra a diversificação de regimes e a favor da uniformização, tendo realçado ainda o número e diversidade de cidadãos que demonstraram no seu caso concreto situações difíceis de resolver. Saliou ainda que não há evidência de que a Caixa Geral de Aposentações tenha desrespeitado a lei, tendo-a aplicado mal, relevou o volume do problema e considerou que embora entendendo que a Comissão de Educação e Ciência é competente para analisar a matéria, via com bons olhos um diálogo com a Comissão do Trabalho.

Acrescentou ainda que talvez perdendo mais algum tempo pudesse haver melhor decisão, indicando que o PS vai ser cauteloso na decisão e tem vindo a mudar a sua perceção do problema.

A Deputada Germana Rocha (PSD) indicou que gostariam que a resposta da Caixa Geral de Aposentações fosse esclarecedora e equacionou a eventualidade de ouvir presencialmente aquela entidade sobre a matéria.

A Deputada Joana Mortágua (BE) manifestou-se sensível a analisar se o problema existe ou não.

O Presidente da Comissão referiu que se continuará em setembro com mais diligências, tendo a Deputada Joana Mortágua (BE) informado que enviarão uma proposta de diligências a desenvolver.

6. [Projeto de resolução n.º 436/XIII/1.ª](#), do BE, **Recomenda ao Governo que acompanhe o processo de efetivação da Lei n.º 71/2013, de 2 de setembro**

Adiado para discussão em setembro.

7. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 1.ª Sessão Legislativa

O relatório de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação referente à 1.ª Sessão foi apresentado pela respetiva Coordenadora, Deputada Susana Amador (PS), que indicou as atividades desenvolvidas, defendeu a autonomia da escola, a preservação da atividade pedagógica na mesma e a própria escola e propôs que o Grupo de Trabalho se mantivesse em funções na 2.ª Sessão.

O relatório foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial referente à 1.ª Sessão Legislativa

O relatório de atividades do Grupo de Trabalho da Educação Especial foi apresentado pela respetiva Coordenadora, Deputada Manuela Tender (PSD), que indicou as atividades desenvolvidas, realçou que as mesmas tiveram muita participação e considerou que o Grupo de Trabalho deu uma boa imagem do Parlamento, justificando-se a sua continuação, tendo em vista a alteração da legislação ou o seu acompanhamento.

O relatório foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

9. Relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens referente à 1.ª Sessão Legislativa

O relatório de atividades do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens foi apresentado pelo respetivo Coordenador, Deputado Pedro Pimpão (PSD), que realçou o trabalho da equipa da Assembleia da República que desenvolve o programa Parlamento dos Jovens, das escolas e dos restantes envolvidos. O Presidente da Comissão transmitiu o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Coordenador.

O relatório foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Relatório de atividades da Comissão referente à 1.ª Sessão Legislativa

Tendo sido equacionado que o relatório de atividades da Comissão referente à 1.ª Sessão fosse apreciado e votado apenas em setembro, no final da sessão legislativa e publicado em simultâneo com os relatórios de todas as Comissões no Diário da Assembleia da República, foi deliberado adiar este ponto para setembro, nos termos referidos.

11. Plano de atividades da Comissão referente à 2.ª Sessão Legislativa

Adiado para setembro.

12. Orçamento da Comissão referente à 2.ª Sessão Legislativa

Adiado para setembro.

13. [Petição n.º 118/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada pela Federação Nacional de Professores, FENPROF, Em defesa da escola pública – 14h30

O Presidente da Comissão deu início à audição dando as boas vindas aos representantes dos peticionários da petição 118/XIII (a delegação dos peticionários está identificada na [página da Comissão](#)) e indicando-lhes a grelha de tempos das intervenções.

O Secretário-Geral da FENPROF referiu que a petição vai para além da Federação e apresentou depois 2 propostas/sugestões:

1. A realização de uma auditoria aos apoios concedidos aos colégios, sendo que o recente relatório de atividades da Inspeção Geral de Finanças concluiu que em 2013-2014 as subvenções aos mesmos ascenderam a 451.000.000€, sem controlo do Estado, nomeadamente do Ministério da Educação;
2. A adoção de medidas para controlo das condições de trabalho dos trabalhadores do ensino privado, para que as mesmas sejam iguais às do setor público, até tendo em

conta uma recomendação da OIT e da UNESCO de 2015, que considera que cada vez mais a privatização do ensino tem registado resultados questionáveis e recomenda que o Estado deve melhorar as condições da escola pública e garantir que as condições de trabalho nos dois setores sejam iguais.

A Professora Ana Benavente salientou a importância da educação e do ensino não superior, referiu que a escola atual ainda não garante a igualdade de oportunidades e pediu medidas para se construir a escola do século XXI, que responda aos desafios da sociedade.

O Presidente da Federação Regional de Lisboa das Associações de Pais (FERLAP) referiu que a escola pública é fundamental e se torna necessário mais escola de qualidade, defendendo que onde houver oferta pública não se devem financiar colégios. Realçou que o importante são os alunos e só a escola pública dá igualdade de oportunidades. Realçou ainda que é importante fazer um pacto político para a educação, para 20 anos, que não esteja dependente de mudanças políticas, nomeadamente de legislaturas.

A Professora Ana Benavente informou que há cerca de 20 anos o PS apresentou uma proposta de pacto educativo para cerca de 2 décadas, tendo a mesma sido rejeitada pela direita e pela esquerda e aventou a hipótese de apresentação de uma nova proposta nesse sentido, nomeadamente, com a valorização do corpo docente e da educação pré-escolar.

O representante da Federação dos Sindicatos da Função Pública referiu que o apoio financeiro aos colégios através de contratos de associação configura um desperdício de dinheiros públicos. Realçou depois que os trabalhadores não docentes são tratados como sendo de importância menor e indicou que incluem uma variedade de profissionais da escola, como por exemplo assistentes operacionais, assistentes sociais e psicólogos. Indicou que a municipalização da educação representa uma desresponsabilização central do Estado e defendeu que a escola democrática exige uma gestão democrática e não unipessoal, como acontece atualmente.

O Deputado Pedro Alves (PSD) referiu que o PSD é defensor da escola pública e de um serviço público de qualidade e considerou que a discussão sobre aquela escola não se esgota nos contratos de associação. Defendeu que as políticas educativas devem estar centradas no interesse do aluno e elencou várias medidas do anterior Governo, no âmbito dos professores, alunos, metas educativas, regulação e transparência. Indicou ainda que o PSD é favorável à avaliação, tendo proposto que a mesma fosse feita pelo Conselho Nacional de Educação, proposta que tinha sido rejeitada pelos restantes Grupos Parlamentares.

O Deputado André Pinotes (PS) defendeu o cumprimento da Constituição da República Portuguesa e salientou a banalização e duplicação dos contratos de associação. Referiu ainda que tinha sido feito um estudo de rede e o Ministério da Educação continuava a reunir com a comunidade sobre a matéria. Indicou depois que parte dos 451.000.000€ pode ter sido mal utilizada, tendo reforçado a necessidade de defesa do serviço nacional de educação.

A Deputada Joana Mortágua (BE, relatora da petição) saudou a mobilização nacional pela escola pública, considerou que os contratos de associação eram uma medida temporária, que gerou uma situação de privilégio e defendeu a cobertura total da escola pública. Manifestou

ainda a concordância do BE com as duas propostas apresentadas pelo representante da FENPROF.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) concordou com a defesa da escola pública de qualidade, realçou que a escola pública abrange 80% dos alunos e referiu que defende esta escola, mas não a oposição da mesma em relação à escola privada. Salientou que não aceita o incumprimento dos contratos de associação e referiu que esperam que a poupança na despesa pública seja transferida para a escola pública. Enfatizou ainda o facto de a FENPROF ir regressar a negociações com o Governo, nomeadamente a nível do ensino profissional.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) considerou a petição justa e necessária e referiu que os problemas atuais da educação são resultantes das opções do Governo anterior, que desmantelou a escola pública. Defendeu depois que a escola privada financiada só deve verificar-se onde não houver escola pública e que deve haver igualdade para todos os alunos.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes dos peticionários propuseram que a Assembleia da República desenvolva um debate aprofundado sobre educação de qualidade, defenderam que a escola pública precisa de melhores condições e salientaram que a defesa da mesma não é feita em detrimento da escola privada, tratando-se de duas respostas com natureza diferente. Indicaram ainda que a gestão democrática é fundamental ao funcionamento democrático das escolas e referiram que têm informações de que o processo de municipalização, no seu formato original, vai mudar.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão](#).

14. Audiência à FENPROF sobre o cumprimento da [Resolução da Assembleia da República n.º 53/2016](#), que «Recomenda ao Governo a prorrogação do período transitório previsto no estatuto da carreira docente do ensino superior para a conclusão da obtenção do grau de doutor e a contratação efetiva com vínculo público dos docentes do ensino superior público»

O Presidente da Comissão deu início à audiência dando as boas vindas aos representantes da FENPROF (a delegação está identificada na [página da Comissão](#)).

Os representantes da FENPROF informaram que tinham pedido a audiência quando o processo de cumprimento da Resolução estava bloqueado, mas que já tinha havido desbloqueamento, com início da negociação de um projeto de decreto-lei, estando o processo em andamento.

Salientaram que estão em causa cerca de 600 professores e pediram a prorrogação do período transitório dos docentes do ensino politécnico, pelo período de um ano, com possibilidade de prorrogação por mais um ano, para as situações de estado avançado de doutoramento.

Equacionaram ainda a vinculação dos docentes que já têm doutoramento e o risco de aumento da precariedade. Referiram que procuram que sejam obtidas qualificações, para

ingresso dos mais velhos e também a integração dos mais novos e tentam que as instituições fiquem com docentes mais qualificados.

Realçaram que o projeto de decreto-lei permite manter nas instituições docentes que já lá estavam em 2009 e que a sobrecarga de trabalho dos docentes do politécnico, por vezes mais de uma unidade curricular, inviabilizou a respetiva conclusão do doutoramento.

O Deputado Pedro Alves (PSD) referiu que o processo atual está circunscrito e está em curso uma negociação, esperando que haja conclusão da mesma, para que o ano letivo comece com calma.

O Deputado Porfírio Silva (PS) manifestou satisfação por haver negociação e informou que tinham confrontado o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a matéria, o qual se tinha comprometido com a prorrogação e iria abranger mais docentes. Fez depois uma ligação da matéria com o emprego científico, equacionou o novo regime de doutorados, os critérios de avaliação das unidades e pediu a pronúncia da FENPROF sobre estas questões.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que já anteriormente tinham pedido a prorrogação do período de transição, para se tratar dos docentes que estavam nas instituições e de que elas precisam. Indicou que a prorrogação responde parcialmente, havendo também um problema posterior de integração nos quadros e de contagem do tempo desde 2009.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que há cerca de 2.000 docentes fora da academia, perguntando se iam levar essa questão para a negociação e se havia verbas suficientes para a integração.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) aplaudiu o início das negociações, referiu que a situação dos docentes do ensino superior se tinha agravado e ainda não tinha sido cumprida a Resolução da Assembleia da República, tendo defendido rápidos concursos públicos para recrutamento de docentes.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes da FENPROF referiram que a Lei de 2010 dava 3 anos para os docentes concluírem o doutoramento e as Universidades deram apoios para esse efeito, mas os Politécnicos não.

Informaram depois que a questão da integração nos quadros não foi prevista no projeto de decreto-lei e que este ano houve mais hipóteses de recrutamento de docentes, tendo havido alguma renovação, mas inferior ao desejável.

Indicaram que não conhecem os contratos celebrados com os Politécnicos e que há um diploma em negociação em relação ao emprego científico, reconhecendo-lhe virtudes, nomeadamente a atribuição de direitos sociais. Realçaram que há doutorados que não podem

ingressar em carreiras, informaram que aguardam a contratação de docentes, de novos doutorados, em análise para os Politécnicos e que ainda não está aberta a negociação para as Universidades, em relação aos leitores.

Por último, reiteraram a necessidade de integração de docentes e solicitaram o reforço de verbas em sede do Orçamento do Estado.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão](#).

15. [Petição n.º 114/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por António José Salgado Rosa Negrão e outros - Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei – educação

O Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes dos peticionários da petição 114/XIII, a saber, António José Negrão, António Simões Cardoso e Paulo Santos Silva e indicou-lhes a grelha de tempos das intervenções.

O Prof. António Negrão referiu que os órgãos do Estado tendem a desenvolver desigualdades entre os cidadãos, havendo alunos com respostas diferentes para o mesmo tipo de situações, mencionando o seguinte, em resumo (documento disponível na [página da Comissão](#)):

1. No ensino secundário, nalgumas escolas os alunos pagam alimentação e transporte e noutras não;
2. No ensino básico há alunos que estudam no ensino particular e cooperativo ou na rede solidária sem serem abrangidos pela ação social escolar;
3. No ensino artístico, em regime integrado, há alunos sem ação social escolar;
4. O modelo de financiamento atual tem por base a despesa realizada pelas escolas e entendem que deve evoluir para um financiamento por aluno;
5. Os Ministérios da Educação e da Segurança Social devem dar um tratamento igual a todos os alunos, estejam em escolas de que o Estado é proprietário ou em escolas com outra propriedade;
6. As escolas do Estado não descontam para a Segurança Social em relação aos seus trabalhadores;
7. Aguardam que o poder legislativo e executivo concretizem a redução das formas de discriminação.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) referiu que para o PSD não há distinção entre escola pública ou não, mas entre escola de qualidade ou não e salientou que já há decisões a favor dos colégios. Indicou depois que o Governo apresenta uma visão seletiva dos artigos da Constituição e defendeu o primado da educação sobre a alçada dos pais e só depois do Estado. Por último, mencionou que aguardam as decisões dos tribunais.

A Deputada Susana Amador (PS) referiu que a escola pública foi fundamental na expansão do ensino e tem registado melhorias assinaláveis ao longo dos anos, considerando a escola como um elevador social e garante da igualdade de oportunidades. Indicou que olham para a Constituição como um todo, defendem a escola e a rede pública gratuita, respeitam a

autonomia da escola e consideram a escola privada como supletiva, em termos de financiamento.

Apresentou a escola pública como garante de igualdade de oportunidades, manifestou o respeito pela escola privada e referiu que aceitam todas as posições e avaliarão em função da sua ideologia. Considerou ainda que não é obrigação do Estado garantir que os alunos do ensino privado tenham o mesmo regime que os da escola pública.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que defendem uma rede pública de ensino, com escolas públicas ou privadas e os contratos de associação geraram um debate fora de contexto, de liberdade de escolha, enquanto para o CDS-PP só está em causa a análise dos contratos celebrados.

A Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) referiu que a defesa que fazem da escola pública não implica que estejam contra a escola privada e esclareceu que consideram que a segunda, para efeitos de apoio, é supletiva e visa suprir a insuficiência da rede pública. Defendeu ainda que a obrigação do Estado é defender a escola pública e criar uma rede pública de escolas.

Na sequência das questões colocadas e das observações feitas, os representantes dos peticionários referiram que não estavam a discutir os contratos de associação, mas que defendiam a liberdade de escolha para as famílias em relação a um projeto educativo, devendo o Estado garantir a liberdade de opção. Acrescentaram que querem lançar o debate na sociedade e consideraram que a rede privada e solidária deixou de ser supletiva há muito tempo, nomeadamente após a revisão da Constituição de 1982. Por último, equacionaram a hipótese de anualmente interporem no Tribunal Europeu um processo contra o Estado, de indemnização das famílias por não lhes ser garantida a liberdade de opção no âmbito do acesso à educação.

A documentação entregue pelos peticionários, bem como a gravação da audição estão disponíveis na [página da Comissão](#).

16. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

17. Data da próxima reunião

A fixar - setembro de 2016



Comissão de Educação e Ciência

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 30 minutos.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Alexandre Quintanilha)

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 20 de setembro de 2016.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Emília Santos
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
António Eusébio
Bruno Coimbra
Carla Cruz
Inês Lamego
José Cesário
Susana Lamas

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Diogo Leão